

PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX

Diário Oficial

Criado pela Lei Municipal nº 296/79, de 18-12-79, publicado no Diário Oficial do Estado da Paraíba, do dia 25-12-79 EDIÇÃO EXTRA - 14 DE ABRIL DE 2020



GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA PREFEITURA MUNICIPAL DE BAYEUX GABINETE DO PREFEITO

DECRETO MUNICIPAL N° 025/2020

DISCIPLINA MEDIDAS EMERGENCIAIS EM DECORRÊNCIA DA PANDEMIA DO CORONAVÍRUS (COVID-19). DISPÕE SOBRE A ATUAÇÃO DOS FISCAIS DE TRIBUTOS DO MUNICÍPIO. PRORROGA A SUSPENSÃO DAS AULAS DA REDE MUNICIPAL DE ENSINO. DETERMINA A RESCISÃO DE CONTRATOS POR EXCEPCIONAL INTERESSE PÚBLICO E DE PRESTAÇÃO DE SERVIÇO E EXONERAÇÕES DE COMISSIONADOS E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DE BAYEUX, Estado da Paraíba, no uso de suas atribuições legais, conferidas pela Lei Orgânica do Município, Art. 45, IV.

CONSIDERANDO o Estado de Emergência em Saúde Pública de Importância Nacional (ESPIN), decretado pelo Ministério da Saúde por meio da Portaria nº 188, de 03 de janeiro de 2020, em virtude da disseminação global da Infecção Humana pelo Coronavírus (COVID-19), nos termos do Decreto Federal nº 7.616, de 17 de novembro de 2011;

CONSIDERANDO a declaração da condição de transmissão pandêmica sustentada da infecção humana pelo Coronavírus (COVID-19), anunciada pela Organização Mundial de Saúde em 11 de março de 2020;

CONSIDERANDO dificuldade financeira que o município de Bayeux vem sofrendo em decorrência da pandemia do Coronavírus;

CONSIDERANDO a suspensão das aulas nas escolas do município e a antecipação das férias;

CONSIDERANDO que as contratações de que trata o artigo 37, IX da Constituição Federal e a lei municipal 1280/3013, têm por

fundamento a necessidade temporária do serviço, sendo que a conveniência e oportunidade deixou de existir em relação as atividades da administração pública suspensas por força das medidas de isolamento.

CONSIDERANDO o poder discricionário do Chefe do Executivo, para nomeação e exoneração de cargos em comissão de acordo com o inciso II, art. 37 da Constituição Federal de 1988 e a necessidade de preservação das finanças públicas;

CONSIDERANDO que a pandemia causada pelo Coronavírus (COVID-19) caracteriza-se em estado de calamidade pública, já decretada pelo Governo do Estado da Paraíba e Município de Bayeux, reconhecido pela Assembleia Legislativa do Estado Paraíba.

CONSIDERANDO a incompatibilidade da prática de determinados atos fiscais previstos na Lei Complementar nº 01/2015 com o regime de teletrabalho (home office) definido no Decreto Municipal nº 15/2020.

DECRETA:

- Art. 1° Durante o período de vigência da calamidade pública municipal fica expressamente proibida a prática de todos os atos fiscais incompatíveis com o regime de teletrabalho (Home Office), especialmente:
- I Termo de Início de Fiscalização;
- II Vistorias;
- III Auto de Intimação e/ou Notificação Preliminar dos Tributos Municipais;
- IV Termo de Apreensão;
- V Notificação de Lançamento;
- VI Orientar e treinar os servidores que auxiliam na execução das atribuições da Fazenda Municipal (por treinamento);
- § 1°. Para fins do disposto no art. 33 da Lei Complementar n° 01/2015 e art. 5° do Decreto Municipal n° 04/2020, a pontuação relativa a prática dos atos fiscais compatíveis com o regime de teletrabalho (Home Office) fica condicionada a sua comprovação por meio de documento idôneo que integrará o Relatório Fiscal e que será atestado por meio declaração prevista no inciso III do art. 4°. do Decreto Municipal n° 04/2020.
- § 2°. Excetuam-se as disposições do caput desse artigo os serviços realizados por meio do atendimento presencial previstos no § 1° do art. 19 do Decreto Municipal n° 15/2020.
- § 3°. Cabe ao Secretário da Fazenda decidir em última análise a compatibilidade do ato fiscal com o regime de teletrabalho (Home Office).

- Art. 2°. Fica prorrogado o prazo de suspensão das aulas estabelecido no artigo 6° do Decreto Municipal 014/2020 até o dia 30 de abril de 2020, sem prejuízo de ulterior deliberação.
- Art. 3°. Diante da prorrogação da suspensão das aulas estabelecido no artigo anterior e em razão do interesse público, ficam rescindidos todos os contratos por excepcional interesse público vinculados à Secretaria Municipal de Educação, com exceção dos profissionais do magistério, cuja atividade extraclasse será especificada pela coordenação pedagógica.
- Art. 4°. Ficam rescindidos ainda os contratos por excepcional interesse público vinculados as demais secretarias da administração municipal, com exceção daqueles vinculados a secretaria municipal de saúde e da secretaria municipal de trabalho e ação social e Procon, cujas atividades não sofreram solução de continuidade, diante das ações de enfrentamento a pandemia do coronavirus.
- Art. 5°. Ficam exonerados todos os cargos comissionados da administração direta municipal, com exceção os cargos de Secretários, Procurador, Secretários Adjuntos e Coordenador Geral.
- Parágrafo único. O disposto neste artigo não produz efeitos para os comissionados da secretaria municipal de saúde, da secretaria municipal de trabalho e ação social e Procon, cujas atividades não sofreram solução de continuidade, diante das ações de enfrentamento a pandemia do coronavirus.
- **Art. 6°.** Ficam suspensas as dobras e outras gratificações provenientes de atividades presenciais, não incorporadas, dos respectivos servidores efetivos e comissionados.
- **Art.** 7°. Ficam suspensos os processos de pagamento de férias, licenças prêmios, direitos e vantagens retroativas ou incorporação de gratificações, cuja análise e eventual pagamento deverá ser feito após findo o estado de calamidade pública.
- Art. 8°. Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, retroagindo seus os efeitos para 1° de abril o disposto nos artigos 3°, 4°, 5° e 6° revogando todas as disposições em contrário.

Prefeitura do Município de Bayeux, 14 de abril de 2020.

GUTEMBERG DE LIMA DAVI PREFEITO MUNICIPAL